

## **Jornalismo Digital: reflexões teóricas e práticas educacionais a partir da acessibilidade comunicativa**

**Periodismo digital:  
reflexiones teóricas y prácticas educativas  
desde la accesibilidad comunicativa**

**Digital Journalism:  
theoretical reflections and educational practices  
from communicative accessibility**

Recebido em: 16/03/2020

Aceito em: 04/11/2020

DOI: 10.46952/rebej.v10i26.375

### **RESUMO**

O artigo revisita as características fundamentais do Jornalismo Digital, já consagradas em dois livros importantes para os estudos desta temática: "Modelos do Jornalismo Digital" (MACHADO; PALACIOS, 2003) e "Webjornalismo 7 características que marcam a diferença" (CANAVILHAS, 2014), criticando a ausência da Acessibilidade Comunicativa (BONITO, 2015) como uma característica essencial à produção jornalística digital, em favor do acesso isonômico e sem barreiras à informação por pessoas com deficiência (PcD) sensorial. Finalmente, são apresentadas algumas experiências de acessibilidade para o ensino de jornalismo digital, visando contribuir à reflexão sobre conceitos inclusivos, bem como ao desenvolvimento de processos e produtos comunicativos acessíveis.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Jornalismo Digital. Acessibilidade comunicativa. Pessoas com Deficiência. Comunicação. Direitos Humanos.

### **RESUMEN**

El artículo revisa las características fundamentales del Periodismo Digital, ya consagrado en dos importantes libros para los estudios de este tema: "Modelos de Jornalismo Digital" (MACHADO; PALACIOS, 2003) y "Webjornalismo 7 características que marcan a diferencia" (CANAVILHAS, 2014), criticando la ausencia de Accesibilidad Comunicativa (BONITO, 2015) como una característica esencial de la producción periodística digital, a favor del acceso isonómico y sin barreras a la información por parte de las personas con discapacidades sensoriales (PCD). Por último, se presentan algunas experiencias de accesibilidad para la enseñanza del periodismo digital, con el objetivo de contribuir a la reflexión sobre los conceptos inclusivos, así como al desarrollo de procesos y productos comunicativos accesibles.

### **PALABRAS CLAVE**

Periodismo digital. Accesibilidad comunicativa. Personas con Discapacidad. Comunicación. Derechos Humanos.

### **ABSTRACT**

The article revisits the fundamental characteristics of Digital Journalism, already enshrined in two important books for the studies of this theme: "Models of Digital Journalism" (MACHADO; PALACIOS, 2003) and "Webjournalism 7 characteristics that mark the difference" (CANAVILHAS, 2014), criticizing the absence of Communicative Accessibility (BONITO, 2015) as an essential characteristic of digital journalistic production, in favor of isonomic access and without barriers to information by people with sensory disabilities (PcD). Finally, some accessibility experiences for the teaching of digital journalism are presented, aiming to contribute to the reflection on inclusive concepts, as well as to the development of accessible communicative processes and products.

### **KEYWORDS**

Digital journalism. Communicative accessibility. People with Disabilities. Communication. Human rights.

### **Marco Bonito**

Doutor em Ciências da Comunicação e professor de graduação e pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). [marcobonito@gmail.com](mailto:marcobonito@gmail.com)

### **Larissa Conceição dos Santos**

Doutora e Mestre em Ciências da Informação e professora da Unipampa. [larissa.conceicao@gmail.com](mailto:larissa.conceicao@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo o Relatório Mundial sobre deficiência (2012) da Organização Mundial de Saúde (OMS), há mais de um bilhão de pessoas com deficiência no mundo, um em cada sete habitantes do planeta ou 19,4% dos seres humanos, segundo dados da Pesquisa Mundial de Saúde, considerando-se a Carga Global de Doenças (SECRETARIA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012). As pessoas com deficiência (PcD) são consideradas a maior minoria do mundo, refletindo a maior exclusão de um grupo social identificado. Os dados do relatório também demonstram que a deficiência está intimamente associada à pobreza e a escassez de acessos a recursos básicos como a alimentação saudável, moradia digna, médicos e hospitais especializados. No Brasil, estes dados são alarmantes e segundo o último censo (IBGE, 2012) 23,9% da população possui algum tipo de deficiência, destas, 6,7% possuem algum grau severo.

Nesse sentido, o objetivo do trabalho é refletir sobre a importância da formação de profissionais de comunicação com consciência cidadã em favor da acessibilidade comunicativa (BONITO, 2015), dado o cenário político-jurídico no Brasil, no que se refere ao Estatuto da pessoa com deficiência (2015), que exige a oferta obrigatória de acessibilidade comunicativa em sites e serviços de radiodifusão (Rádio e TV). Com esse intuito, adota-se uma perspectiva reflexivo-crítica, apoiada em métodos de contextualização, pesquisa bibliográfica e pesquisa teórica (MALDONADO, 2011) como estratégias metodológicas de procedimento para refletir criticamente o modelo teórico do Jornalismo Digital, com base nos conceitos propostos por Palacios (2003) e nas sete características do jornalismo digital sistematizadas por Canavilhas (2014), a saber: (1) hipertextualidade, (2) multimídia (3) interação (4) memória (5) instantaneidade (6) personalização e (7) ubiquidade.

Apesar da contribuição apresentada pelos autores, observa-se que as pesquisas em Jornalismo Digital ainda não abordaram adequadamente as questões de Acessibilidade Comunicativa como uma das características fundamentais e essenciais dos Modelos Teóricos de Jornalismo Digital. Assim, este artigo pretende inicialmente problematizar essa necessidade, sugerindo a inclusão da Acessibilidade como parte integrante do modelo teórico, ou seja, como oitava característica essencial para a reconfiguração do modelo de produção web-jornalística, em favor do respeito à diversidade funcional humana, seus direitos à comunicação isonômica, promovidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948) e em virtude da Cidadania Comunicativa (MATA, 2006). Para tanto, apresenta uma reflexão crítica baseada nos contextos histórico e sociopolítico das pessoas com deficiência no Brasil, bem como, relaciona questões de direitos humanos na perspectiva da promoção da cidadania comunicativa.

Por fim, entendemos que a reflexão teórico-crítica e o ensino do jornalismo, por meio de uma educação comunicativa inclusiva, contribuem diretamente para a formação de profissionais, sujeitos comunicantes, com consciência cidadã, bem como para o desenvolvimento de processos de comunicação acessíveis que possam transformar o *ethos* da mídia ao longo do tempo.

## 2 CONTEXTOS HISTÓRICOS DO JORNALISMO DIGITAL EM LÍNGUA PORTUGUESA

No início do século XX, mais precisamente em 2003, o livro Modelos de Jornalismo Digital (MACHADO; PALACIOS, 2003) refletia o “estado da arte” em relação ao interesse das pesquisas acadêmicas brasileiras a respeito das mudanças de paradigmas do jornalismo em face da então recente popularização do acesso à internet e da migração de jornais para o ciberespaço. O Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line (GJOL)<sup>1</sup>, responsável pela coletânea publicada neste livro, fora oficializado em 1999, porém, seus membros já realizavam pesquisas isoladas sobre o tema desde 1995, registrados em forma de artigos científicos, dissertações e teses.

Nestes oito anos (de 1995 a 2003) as investigações realizadas foram pioneiras e colaboraram diretamente para o desenvolvimento do jornalismo digital no Brasil. Os cursos de jornalismo adotavam esses textos como referências acadêmicas em virtude da pouca produção existente naquele início de século. Naquele tempo, a preocupação era poder organizar o pensamento crítico a respeito dos modelos teóricos e dos modelos de produção, a publicação preocupa-se em fazer esta distinção dividindo o livro em duas partes.

Na primeira parte, aparecem os textos seminais e fundantes, destacando-se para o interesse deste trabalho os dois primeiros capítulos: “Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória” (MACHADO; PALACIOS, 2003) e “Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web” (MIELNICZUK, 2003) onde os autores(a) se propõem a organizar e sistematizar os conhecimentos a respeito dos primeiros passos sobre o entendimento do que seria o chamado de “Jornalismo Digital”.

No primeiro texto, o autor apresenta a definição das principais características do Jornalismo Digital a partir dos estudos preliminares de Barboel e Deuze (2001): Interatividade, Customização de Conteúdo, Hipertextualidade e Multimedialidade. Marcos Palacios ainda acrescenta a estas quatro características típicas outras duas: a Multimedialidade/Convergência e a Memória. Já no segundo texto, a autora sistematiza os conhecimentos que existiam até então para compreender, distinguir e definir as nomenclaturas adotadas para designar a produção jornalística digital à época, ou seja: Jornalismo Eletrônico, Jornalismo Digital ou Multimídia, Ciberjornalismo, Jornalismo on-line e Webjornalismo.

Em seguida, Mielniczuk classifica, a partir dos estudos preliminares de Pavlik (2001), Silva Júnior (2002) e Palacios (2002), as três fases, ou melhor: gerações, pelas quais o Jornalismo Digital já havia percorrido e se distinguiam. Sejam elas: 1ª Geração - modelo transpositivo; 2ª Geração - modelo perceptivo e 3ª Geração - modelo hipermediático. Em 2019, podemos considerar que estamos numa transição entre a 4ª e a 6ª Geração, sendo: 4ª Geração - modelo Jornalismo Digital em Base de Dados (BARBOSA, 2008); 5ª Geração - modelo convergente transmediático (BARBOSA, 2013) e 6ª Geração - modelo imersivo (COSTA; BRASIL, 2017).

Outro importante centro de referência em pesquisas relacionadas ao desenvolvimento do Jornalismo Digital em língua portuguesa é o LABCOM - Unidade de Investigação Científica da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior (UBI), na cidade de Covilhã em Portugal. Este centro de estudos foi responsável pelos

---

<sup>1</sup> Grupo de Pesquisa da Universidade Federal da Bahia.

primeiros congressos e simpósios que estimularam a produção binacional, entre Brasil e Portugal, com o intuito de fomentar o debate e as investigações científicas a respeito do estatuto do Jornalismo Digital em língua portuguesa.

Em 2014, o Professor João Canavilhas (UBI) organizou o livro “Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença” (CANAVILHAS, 2014) no qual os autores(as) de cada capítulo se propunham a revisitar as idiossincrasias de cada uma das sete características do Jornalismo Digital que distinguem o jornalismo analógico do digital. Além das características já citadas anteriormente no livro “Modelos de Jornalismo Digital” (MACHADO; PALACIOS, 2003), há a inclusão da ubiquidade (PAVLIK, 2014, p. 159) como característica essencial.

Em cada um dos sete capítulos os diversos autores se preocupam em atualizar as informações e conceitos à nova realidade do contexto da web e das apropriações narrativas que o Jornalismo Digital realizou ao longo do tempo. Aqui é importante ressaltar que o foco está na questão narrativa, na construção de discursos jornalísticos a partir de cada uma das características em função de novas tecnologias da informação e comunicação, entendendo-se, assim, que estas colaboram para o desenvolvimento e a inovação de linguagens no ambiente digital.

A questão problematizadora dessa investigação procura refletir sobre a necessidade da inclusão da Acessibilidade Comunicativa (BONITO; SANTOS, 2018) como a oitava característica que marca a diferença entre o jornalismo analógico e o digital. Para tanto, busca-se relativizar e considerar o contexto histórico e a evolução conceitual de cada uma das características em virtude das potencialidades do Jornalismo Digital respeitando o Direito Humano à comunicação sem barreiras e de maneira isonômica a todas as pessoas, independente de suas habilidades e funcionalidades sensoriais. Acredita-se, assim, que o jornalismo é essencialmente uma forma de transformação social e de construção de cidadania e, por isso, ele não deve promover, mesmo que não intencionalmente, exclusões informacionais.

## **2.1 REVISITANDO AS EXPERIÊNCIAS NO LABORATÓRIO DE JORNALISMO DIGITAL**

Em 2010 o Professor Marco Bonito deu início de início à sua carreira docente na Unipampa - Universidade Federal do Pampa, no mesmo ano ele se deparou com um desafio profissional em quando precisou adequar o conteúdo de suas aulas expositivas às necessidades de uma estudante cega, a Cristiele Lopes Carvalho, do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa - Unipampa em São Borja no Rio Grande do Sul. Foi inspirado diretamente nessa experiência docente que ele resolveu mudar seu objeto de pesquisa durante o doutoramento para investigar os usos e apropriações da comunicação digital pelas pessoas com deficiência visual.

Esta estudante não só foi responsável direta pela mudança pessoal e profissional do professor, como também transformou a Unipampa num ambiente mais acolhedor e acessível às pessoas com deficiência. Seu perfil militante das causas das PcD provocou a instituição a se adequar à legislação vigente no que se referia às questões arquitetônicas, como piso tátil e sinalização em braille nos corredores, bem como também exigiu que os professores(as) adequassem seus conteúdos didáticos à formatos acessíveis. Por causa dela fora criado o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NINA) na Unipampa, setor responsável por dar suporte pedagógico e técnicos à toda comunidade acadêmica até hoje.

Transformar os conteúdos de aula em formato acessível significava, à época, ter que digitalizar todos os materiais de texto contidos em livros e traduzi-los para o braille. Para isso, a universidade precisou adquirir uma impressora braille e treinar Técnicos Administrativos Educacionais e estudantes bolsistas para que pudessem realizar a tarefa. Além disso, todos os vídeos transmitidos durante a aula precisavam contar com a audiodescrição das cenas para que a estudante não perdesse o contexto significativo daquilo que não era dito explicitamente. Havia mais complexidade quando o vídeo era em língua estrangeira, porque além de ler as legendas traduzidas para o português o professor ainda precisava realizar a audiodescrição das cenas.

O tensionamento entre as necessidades da estudante, legítimas por direito como cidadã, e a incapacidade dos professores(as) para lidar pedagogicamente com uma estudante com deficiência visual foram constrangedoras na maioria dos casos, conforme relatado pela própria estudante. A maioria dos professores não negava explicitamente a ajuda, porém, na prática, não tinham muito boa vontade em atender às necessidades específicas. Conforme relatado, ela geralmente escutava de seus professores(as) que era ela quem deveria se adequar ao mundo, pois o mundo não ia se adequar às necessidades dela. Assim, por diversas vezes ela foi preterida em atividades práticas do jornalismo sob a alegação de que à uma pessoa cega não fazia sentido atuar em exercícios laboratoriais que exigissem o sentido da visão e a significação imagética.

Neste cenário, o Professor Marco Bonito e a Professora Roberta Roos, foram os que mais se sensibilizaram com a estudante e procuraram desenvolver conteúdos acessíveis em suas aulas, usando isso como um bom desafio para, inclusive, aproveitar a rara oportunidade e transformar uma situação adversa para todos os envolvidos, num processo pedagógico transformador. Foi o que ocorreu, pode-se afirmar que a passagem da Cristiele Lopes pelo Curso de Jornalismo da Unipampa foi um “divisor de águas”, foi a partir dos aprendizados mútuos entre estudantes, professores e técnicos administrativos educacionais que os Cursos de Comunicação Social da Unipampa passaram a ser uma das referências em pesquisas relativas à acessibilidade comunicativa.

Um bom exemplo de como isso ocorreu é a participação da Cristiele nos componentes curriculares de Laboratório de Jornalismo Digital, ministrados pelo Professor Marco Bonito. Ao final de cada semestre havia um claro constrangimento pelo fato de que a estudante era alijada do processo pedagógico completo pelo fato de não conseguir ter acesso a todos os conteúdos produzidos pelos seus colegas de turma, devido às barreiras informacionais que impedem a significação satisfatória de determinados conteúdos como: imagens, fotografias e os vídeos quando estes estão sem recursos de acessibilidade.

Para o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendido ao final de 2010, a estudante fora orientada pelo professor Marco e escolheu analisar o site do Jornal Zero Hora<sup>2</sup>, avaliando os recursos de acessibilidade contidos. No dia de sua defesa ela demonstrou publicamente como o site não era projetado para funcionar em conformidade com as normas da W3C<sup>3</sup>, entidade que rege as normas técnicas da web, bem

---

<sup>2</sup> Jornal impresso de grande circulação, principalmente na região sul do Brasil, pertencente ao Grupo RBS de Comunicação.

<sup>3</sup> O World Wide Web Consortium é a principal organização de padronização da World Wide Web. Consiste em um consórcio internacional com 450 membros, agrega empresas, órgãos governamentais e organizações independentes com a finalidade de estabelecer padrões para a criação e a interpretação de conteúdos para a Web.

como os conteúdos jornalísticos não possuíam recursos de acessibilidade. Este trabalho e a formatura da primeira pessoa com deficiência pela Unipampa inspiraram a comunidade acadêmica, nos anos posteriores passaram a adotar práticas inclusivas na instituição, nas aulas, projetos de extensão e de pesquisa.

Este legado que a Cristiele promoveu em 2010 sensibilizou as turmas dos anos seguintes a produzirem conteúdos e até mesmo uma revista digital acessível para PcD visual, como produto final da disciplina de Laboratório de Jornalismo Digital. Em 2012 a turma decidiu acatar o desafio de produzir uma revista digital com acessibilidade comunicativa voltada para as pessoas com deficiência visual, motivadas pelo Professor Marco que estava pesquisando sobre esse tema para a construção da tese de doutorado.

A Revista "O Infoscópio" usava um sistema popular e gratuito chamado Blogspot como repositório on-line no seguinte endereço: <http://oinfoscopio.blogspot.com/>. A ideia proposta era que a acessibilidade fosse pensada desde a discussão da pauta e não fosse produzida normalmente para que só depois de pronta fossem adicionados os recursos de acessibilidade. Essa mudança paradigmática no processo de produção surtiu um bom resultado prático, visto que o estudante já sabia previamente que ele precisaria produzir, conforme definido na reunião de pauta, o conteúdo já prevendo o formato acessível, dentro das possibilidades técnicas disponíveis à época.

É importante ressaltar que gerar esse tipo de conteúdo extra não significa um aumento significativo no volume de trabalho, trata-se de algo viável e factível, desde que a pessoa tenha noções mínimas sobre como realizar uma legenda descritiva e como fazer uma audiodescrição para conteúdos audiovisuais. Nas experiências de laboratório o resultado é muito satisfatório quanto ao engajamento das pessoas neste sentido, os estudantes compreendiam de maneira empática que o empenho era moralmente mais valioso do que o prejuízo do tempo a mais investido na produção.

Dessa forma, ainda que de maneira precária e primária, sem muito conhecimento técnico sobre a audiodescrição e a descrição de fotos e imagens, a turma se empenhou na produção e ao final conseguiu, dentro das possibilidades tecnológicas que o sistema do Blogspot.com oferecia à época, entregar uma edição da Revista Digital O Infoscópio com um mínimo de Acessibilidade Comunicativa. A experiência contou com a consultoria da Cristiele que orientava as produções e realizava testes com os softwares leitores de tela para validar a acessibilidade comunicativa.

As técnicas utilizadas foram a descrição de imagens e fotos com legendas ocultas, incluindo as informações no código HTML da página de maneira que os softwares pudessem realizar a "leitura" do que havia em cada imagem e a audiodescrição dos vídeos que eram postados em um canal do Youtube. Àquela época, por falta de uma estrutura melhor no campus da Unipampa São Borja, não havia um estúdio de TV apto para dar suporte adequado às experiências de laboratório, as audiodescrições não foram incluídas diretamente no vídeo, mas sim em um arquivo de áudio separado que permitia ouvir a narrativa jornalística da matéria com linguagem acessível, ou seja, com descrição das cenas e dos personagens que compunham as imagens. Neste caso, diferentemente do que usualmente se faz no telejornalismo, ou seja, o texto jornalístico complementa o que a imagem mostra, na audiodescrição audiovisual é preciso descrever a cena com os detalhes necessários e importantes para a significação do tema da matéria.

Em 2013 a edição do ano anterior de “O Infoscópio” foi submetida para concorrer ao Prêmio Expocom<sup>4</sup> durante o Intercom Sul - Congresso regional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação e foi premiada sendo a primeira Revista Digital acessível a ganhar o prêmio no Brasil. Além deste prêmio, outros trabalhos de estudantes da Unipampa que continham acessibilidade também foram premiados naquele mesmo ano, fato que despertou o interesse de estudantes de outras universidades e faculdades a adotarem a acessibilidade nos anos seguintes. Percebe-se um interesse e maior preocupação sobre estas questões advindas dos(as) estudantes universitários.

## **2.2 A COMUNICAÇÃO COMO DIREITO HUMANO**

Assim como já foi dito e publicado nos anais do 56º Congresso Internacional de Americanistas (BONITO; SANTOS, 2018, p. 226 a 227) é preciso reconhecer que a comunicação é um Direito Humano fundamental, reconhecido pela ONU e que não se trata de algo de menor importância. Uma pessoa sem acesso isonômico às informações, no contexto da chamada “Era da Informação”, passa a estar em situação de vulnerabilidade social e sem condições de cidadania plena.

No Brasil, programas jornalísticos que fazem transmissões ao vivo, geralmente, não possuem linguagem acessível às pessoas com deficiência sensorial. A janela de tradução em LIBRAS se vê com mais frequência apenas em programas eleitorais, cujo uso é também obrigatório, porém, com maior fiscalização por parte dos partidos concorrentes. Nesse contexto, a condição humana das PcD no Brasil se encontra em estado de extrema vulnerabilidade social, principalmente no tocante aos seus Direitos Humanos.

Existe uma “saga” histórica das leis invisíveis e inaudíveis, que fora publicada no Blog da Audiodescrição (ROMEUFILHO, 2009) e demonstra bem os motivos que corroboram para perpetuar a falta de Acessibilidade Comunicativa. Desde o início deste século, há decretos e leis constitucionais que regulam e deveriam promover a acessibilidade das PcD em amplo espectro, inclusive promovendo sua inclusão social e sua cidadania. No entanto, os interesses econômicos das emissoras de Rádio e Televisão, sob concessão pública, se sobrepõem aos interesses sociais, configurando assim um retrocesso sociotécnico que prejudica o desenvolvimento de linguagens e narrativas acessíveis.

Recentemente o Congresso Nacional brasileiro aprovou a “Lei brasileira da inclusão” como ficou popularmente conhecido o “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, que tinha por objetivo principal ordenar as condições de acessibilidade em diferentes âmbitos sociais, inclusive o comunicativo. O primeiro parágrafo expõe o conteúdo fundamental da lei:

Art. 1º - Estabelece-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das Pessoas com deficiência, visando sua inclusão e cidadania”. (BRASIL, 2015)

---

<sup>4</sup> Prêmio regional outorgado pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) aos melhores trabalhos práticos desenvolvidos em componentes curriculares dos cursos de comunicação.

Além disso, no Capítulo II, onde é abordado especificamente sobre o “Acesso à informação e à comunicação”, os parágrafos e artigos regulam as produções midiáticas multimídia com orientações para que sejam acessíveis em amplo espectro, desde os suportes analógicos até os digitais. É bastante claro e explícito que toda produção de informação, seja ela publicada em qualquer formato ou meio disponível, necessita considerar a Acessibilidade Comunicativa (BONITO, 2015) através de conteúdos aptos às tecnologias assistivas disponíveis e formatos de linguagens como a audiodescrição para imagens fixas ou em movimento, a janela de LIBRAS e as legendas visíveis e ocul-tas.

No entanto, na prática, essa é mais uma, dentre outras tantas leis, que não funcionam, foram promulgadas mas, efetivamente, não causam efeito no cotidiano da sociedade, principalmente por omissão e incapacidade dos poderes públicos de supervisionar e punir as empresas que infringem a lei e desrespeitam os Direitos Humanos das Pessoas com deficiência. Para entender esta situação é necessário rememorar o contexto sócio-político em que esta lei fora constituída e publicada, sob o governo da então Presidenta Dilma Roussef, em meio a um período de pouco apoio do Congresso Nacional e às vésperas de sofrer um golpe político, que culminou no processo de *impeachment*, articulado por seu sucessor direto.

O “Estatuto da Pessoa com deficiência” pretendia sanar as falhas das leis e decretos anteriores, que desde o ano 2000 vinham buscando oferecer acesso irrestrito aos produtos comunicativos, especialmente aqueles ofertados em canais de rádio e de televisão, que no Brasil funcionam sob concessão pública. Porém, a falta de apoio político e a crise econômica que se estabeleceu nos anos seguintes tornaram o Estatuto um grande símbolo de desrespeito aos Direitos Humanos das Pessoas com deficiência no Brasil.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA COMO A OITAVA CARACTERÍSTICA DO JORNALISMO DIGITAL**

Em 2016 iniciava-se a problematização questionando inicialmente o fato de que em nenhum momento a Acessibilidade Comunicativa tenha sido sequer cogitada como uma das características fundamentais do Jornalismo Digital (BONITO, 2016). Àquela época, a intenção era provocar o pensamento acadêmico para uma reflexão crítica que visava uma abertura de diálogo entre os pesquisadores(as) deste campo científico a ponto de tensionar a questão com o intuito de aumentar o volume de produções científicas a respeito do tema. No entanto, embora nos últimos anos tenhamos um aumento significativo de trabalhos publicados em Revistas Científicas, cujos objetos são relacionados à Acessibilidade Comunicativa, o fato é que ainda não há muitas teses ou dissertações publicadas que estejam discutindo a questão de maneira mais profunda. Dessa forma, a reflexão crítica sobre a temática tem sido pouco debatida nos eventos acadêmicos ou científicos no âmbito das Ciências da Comunicação.

Contudo, é preciso debater sobre isso, pois como apresentamos anteriormente neste artigo, a acessibilidade não é considerada com a devida atenção, como algo pertinente ao profissional de comunicação ou ao próprio metiê da comunicação social. A realidade é que somos uma sociedade constituída pela chamada “Era da informação” (CASTELLS, 1999) em transição para uma “sociedade em vias de midiatização”



(FAUSTO NETO, 2006) e são raros os conteúdos que possuem algum tipo de acessibilidade comunicativa, o que exclui uma enorme parcela da sociedade desse processo, como mencionado anteriormente.

É importante lembrar que a simples inclusão conceitual da Acessibilidade Comunicativa como uma das características essenciais do jornalismo digital não irá resolver o problema que perpassa pela mediação técnica e cultural. Porém, esse movimento acadêmico providenciaria e colaboraria para que estudantes e profissionais de todos os níveis de graduação passassem a refletir sobre os modos de produção e consumo de informação sem barreiras comunicativas.

Entendemos a Acessibilidade Comunicativa como um recurso de linguagem que, de maneira técnica, substitui a barreira informativa que impede o acesso das pessoas com deficiência sensorial (visual, auditiva e/ou cognitiva) aos conteúdos. Além disso, a Acessibilidade Comunicativa é um elemento conceitual apto às narrativas multimídias de todos os tipos, sejam elas clássicas ou pós-clássicas (HERMAN, 1997; PRINCE, 2008), dentre estas as midiáticas: literárias, jornalísticas e do entretenimento que são as que mais nos interessam *a priori*.

Dentre alguns dos principais recursos técnicos para a promoção da acessibilidade comunicativa temos: a audiodescrição (para produtos audiovisuais); a legenda oculta (para descrição de imagens e fotos na web); a janela de língua de sinais (para a tradução de conteúdos com som); a dublagem (para produtos audiovisuais); o sistema braille (para textos escritos e imagens); o *closed caption* (legenda automática para produtos audiovisuais); o contraste de cores (para leitura em telas) e a ampliação de textos (para leitura em telas). Além destes recursos técnicos temos também equipamentos que auxiliam o uso de dispositivos midiáticos, estes são chamados de tecnologias assistivas e podem ser eletrônicos ou não. O conjunto destes recursos compõem uma gama de possibilidades para eliminar ou transpor as barreiras informativas.

Para as pessoas que produzem conteúdo ou trabalham como editoras de mídias, o mais importante é desenvolver consciência sobre a importância de tornar os conteúdos acessíveis. Para além disso, é muito importante ressaltar que para produzir, incluir e publicar conteúdos acessíveis não são necessários grandes investimentos em novas tecnologias. O investimento é no âmbito dos recursos humanos, pois como é sabido trata-se de uma mudança de comportamento cultural. Os profissionais de comunicação social precisam adotar práticas inclusivas, isso significa aprender as técnicas de audiodescrição, falar em língua de sinais e descrever imagens e fotos, assim seus conteúdos passarão a não ter mais barreiras informativas e estarão dentro das expectativas de um modelo comunicativo midiático com Desenho Universal (MACE; HARDIE; PLACE, 1991).

Acredita-se, assim, que uma mudança de postura dos profissionais de comunicação, em prol da adoção de processos e práticas acessíveis, possa influenciar também a cultura digital das pessoas, de maneira que em seus canais privados ou nas redes sociais o emprego de linguagem acessível passe a ser naturalizado, por "osmose" cultural. Tem-se esta percepção pelo fato de que as principais redes sociais como YouTube, Facebook, Twitter e Instagram já possuem recursos tecnológicos de acessibilidade, como: descrição de imagens e legendas que, embora ainda sejam insuficientes para abranger todas as necessidades para transpor as barreiras informativas, já representam alguma conquista. No entanto, estes recursos ainda não se popularizaram e a maioria das pessoas os desconhece ou sequer entende a sua importância e funcionalidade.

Portanto, a contribuição da ciência, para ajudar a resolver este problema de ordem cultural e midiática, passa pelo entendimento de que a Acessibilidade Comunicativa é um conceito essencial e precisa fazer parte do rol de características do jornalismo digital ou, mais amplamente, da comunicação digital, sem o qual o próprio conteúdo jornalístico e as narrativas midiáticas correm o risco de tornarem-se inacessíveis e, por consequência, incompreensíveis. Finalmente, espera-se, com isso, estimular outros(as) pesquisadores(as) e profissionais da área a tomar conhecimento sobre o tema e ampliar a consciência sobre a necessidade de respeito ao Direito Humano das Pessoas com Deficiência com relação ao acesso às informações de maneira isonômica e sem barreiras.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Suzana. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. **Notícias e Mobilidade. O Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis, Covilhã, PT, Livros LabCOM**, 00129, p. 33–54, 2013.

\_\_\_\_\_. Modelo JDBD e o ciberjornalismo de quarta geração. *Periodismo Web*, 00002, v. 2, p. 271–283, 2008.

BARDOEL, Jo; DEUZE, Mark. "Network journalism": converging competencies of old and new media professionals. *Australian journalism review*, 00511, v. 23, n. 2, p. 91, 2001.

BRASIL, Presidência da República. 13.146.. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência)., 6 jun. 2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil**. 2015. 351 f. Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4834>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BONITO, Marco. **A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital**. *ÂNCORA-Revista Latino-americana de Jornalismo*, v. 3, n. 1, p.175-193, 2016. DOI: 10.21204/2359-375X/ancora.v3n1p175-193

BONITO, Marco; SANTOS, Larissa Conceição. PROCESOS COMUNICACIONALES INCLUSIVOS: UNA MIRADA BAJO LA ÓPTICA DE LA ACCESIBILIDAD COMUNICATIVA. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 15, n. 29, p. 223–232, 2018. Disponível em: <<http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1321/576>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

COSTA, Luciano Gonçalves da; BRASIL, Antonio. REALIDADE VIRTUAL: INOVAÇÃO TÉCNICA E NARRATIVA NO JORNALISMO IMERSIVO // VIRTUAL REALITY: TECHNICAL AND NARRATIVE INNOVATION IN IMMERSIVE JOURNALISM. *Contemporânea*, 00004, v. 15, n. 1, p. 141–161, 29 jun. 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/con-temporaneaposcom/article/view/21417>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

FAUSTO NETO, Antonio. Midiatização, prática social: prática de sentido. In: **Encontro anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Com-pós)**. Bauru, Brasil: COMPOS, 2006.

FILHO, Paulo Romeu. A SAGA DA AUDIODESCRIÇÃO NO BRASIL. Blog da Audiodescrição. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/a-saga-da-audiodescricao-no-brasil>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

HERMAN, David. *Scripts, sequences, and stories: Elements of a postclassical narratology*. *Publications of the Modern Language Association of America*, 00246, p. 1046–1059, 1997.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>> Acesso em: 23 nov. 2020.

MACE, Ronald; HARDIE, Graeme; PLACE, Jaine. *Accessible environments*. In: VISCHER, J. C.; WHITE, E. T. (orgs.). *Des. Interv. More Hum. Archit.* New York, EUA: [s.n.], 1991.

MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. **Modelos de Jornalismo Digital**. Salvador/BA: Calandra, 2003.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. *Fronteiras-estudos midiáticos*, v. 8, n. 1, p.5-15, 2006.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisa em comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). **Metodologias de pesquisa em comunicação – Olhares, trilhas e processos**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 277-303.

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. *In*: MACHADO, Elias; PALACIOS, MARCOS (Org.). **Modelos de Jornalismo Digital**. Salvador/BA: Calandra, 2003. p. 37-54.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948.

PAVLIK, John. Ubiquidade: O 7.º princípio do jornalismo na era digital. In: CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros Lab-Com, , p. 159–184.

PRINCE, Gerald. *Classical and/or postclassical narratology*. *L'Esprit créateur*, 00035, v. 48, n. 2, 2008.

SECRETARIA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Tradução Lexicus Serviços Lingüísticos.

São Paulo: [s.n.], 2012.